

Um fecho para o Congresso

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Tudo se pode dizer deste Congresso. Na tortuosa linha biruta da contradição, ele agora se esmerilha em desmoralizante recaída, com a malandragem da falta crônica de quórum até nas sessões de meio de semana, depois de estigmatizar-se com a proeza, já devidamente celebrada, da aprovação do aumento do imposto de renda para a pessoa física e no encolhimento que assegurou a rejeição da elevação dos índices para as empresas. Isso em ano eleitoral, com a ameaça de renovação recordista de 70% a 80% e exatamente depois do êxito do esforço de reabilitação com o estimulante desempenho da CPI que denunciou a máfia do Orçamento, sua rede de cúmplices e apontou 18 parlamentares à cassação dos mandatos.

Qual é a face verdadeira do Congresso? Difícil justapor a imagem do seu notório despreparo, da baixa qualidade média dos parlamentares de uma das piores safras de todos os tempos, das suas fragilidades e deficiências com a do Legislativo que, pela primeira vez no mundo, derrubou presidente acusado de formação de quadrilha, forçando-o a apelar para o truque da renúncia para tentar escapar a *impeachment* certo e inevitável.

A dualidade surpreende e desnorteia, embaraçando a avaliação crítica. Como se coexistissem dois congressos que se alternam, dissimulando o rodízio com os disfarces mascarados que escondem o rosto e mostram os traços do fingimento.

Talvez não seja necessário tanto esforço de interpretação para desvendar o singelo mistério da suposta dupla personalidade.

O Congresso é mesmo ruim, de duvidosa qualidade e execrável comportamento na realidade da sua rotina, na madraçaria do cotidiano, no dia-a-dia da sua mediocridade.

Lá é exato que divide suas culpas com as responsabilidades específicas da legislação eleitoral e do facilitário constitucional que escancarou a porteira para o registro indiscriminado de partidos, sem qualquer exigência seletiva.

A mistura deu no que está aí. Ao erro histórico do AI-2, que extinguiu partidos que se consolidavam a partir das divergências de suas raízes municipais para substituí-los pela fraude de legendas artificiais, moldadas pelos interesses casuísticos do autoritarismo, somou-se a barafunda da desestruturação do quadro político.

Deixado à vontade, nos intervalos de relaxamento da opinião pública, a condução do Legislativo tem sido desprezível.

Mas quando piscam os sinais de alerta, cutucando o agudo senso de sobrevivência, a maioria entra no túnel do medo e cede a vez aos melhores, que assumem a tarefa de salvar a instituição degradada.

O Congresso, escapista, não aprova as emendas da revisão nem as rejeita pelo

Nos episódios decisivos, tem sido sintomaticamente marcante a atuação da elite parlamentar, que ocupa o espaço e dirige o espetáculo. Foi assim nos momentos críticos da composição de CPIs que mudaram o risco desses tempos: os partidos com o olho no voto indicam os melhores para representá-los, com a incumbência de evitar o desastre.

Desde a CPI do escândalo da quadrilha de Collor e PC Farias até a mais recente CPI do Orçamento, a tática é a mesma. E com a ajuda da sorte: quando escasseiam os notáveis de reputação firmada, a abertura da necessidade revela competências escondidas no ramerão, como foi o caso do deputado Benito Gama e do senador Amir Lando, respectivamente na presidência e na relatoria da CPI que desmontou a operação de pilhagem da dupla Collor-PC Farias.

No final do mandato, na véspera tensa da campanha para a reeleição da totalidade dos deputados e de dois terços dos senadores, o Congresso exagerou nos contrapontos da duplidade. Emerge da CPI do Orçamento por entre aplausos e elogios e mergulha nas indecisões sobre o encaminhamento e o desfecho das conclusões do relatório, aprovado por unanimidade.

A lapidação a nada e a ninguém poupa. Com possível dose de razão, mas exagerando na pancada da mão pesada, o infatigável senador José Paulo Bisol desanca o relatório do deputado Roberto Magalhães, apontando graves falhas que devem ser exploradas pelo batalhão de advogados dos acusados e lançando suspeitas no ar. Como quem cospe para cima e não arreda do lugar.

Não é apenas isso. Mas, e principalmente, a difusa sensação de debandada, de fuga às responsabilidades. O Congresso não assume: nem aprova emendas da revisão constitucional nem as rejeita pelo voto, firmando posição. Dá a impressão que curte a ressaca da tensão das denúncias das falcatruas no orçamento e não quer arriscar mais nada.

Ora, o Legislativo está diante de gigantescas tarefas inconclusas. A começar pelas cassações dos denunciados das tramóias do orçamento. Transitando pela revisão constitucional que reclama uma afirmação clara, definida pelo voto. E, de contrapeso, a corrigenda da inqualificável insensibilidade social da recusa em aumentar o imposto de renda das empresas e penalizar a dos desamparados cidadãos que pagam a discriminação com o suor do salário.

O tecido da incoerência enruga-se nos nós que não se desmancham. O Congresso precisa encontrar o fecho que encerrará seu julgamento final perante a sociedade que votará daqui a oito meses. Todos os pleitos que entopem a pauta das omissões, da falta de quórum, da vergonha dos acordos descumpridos terão que ser decididos nos próximos meses decisivos.

O prazo não é tão afitivamente escasso. Com vontade política, o período útil da sessão poderá ser esticado até maio ou junho, pois a campanha para valer só esquentará nos dois meses finais de massificação no horário de propaganda eleitoral.

Até lá, ela serve de desculpa para a irresponsabilidade, a madraçaria e o escapismo.